

- 8 AGO 1984

Proposta ao futuro presidente: um só sistema de saúde para todo o País.

A implantação de um sistema unificado de saúde no Brasil, no próximo governo, está sendo debatida, em Belo Horizonte, por secretários de Saúde de vários Estados e outras autoridades do setor. O objetivo do encontro é discutir o documento "A Questão da Saúde no Brasil e Diretrizes de um Programa para um Governo Democrático", elaborado pelos secretários de Saúde de São Paulo, Rio, Minas e Espírito Santo, que será apresentado ao novo presidente da República, logo após a sua posse.

No documento, os secretários analisam as condições de vida da população brasileira, destacando que, se, em 1975, cerca de 67% da população não atingia o consumo mínimo recomendado de 2.240 calorias por dia, deste ano até 1983, o Índice de Disponibilidade de Calorias por Habitante caiu 13% e o de proteínas 9%. Eles culpam a política econômica concentradora e recessiva pela rápida e crescente deterioração do nível de vida do brasileiro.

O documento ressalta também que, enquanto convive com as doenças típicas dos países subdesenvolvidos, o Brasil incorpora, aceleradamente, as doenças próprias das sociedades industriais. Os secretários lembram que, anualmente, aparecem 160 mil casos novos de malária no País, enquanto existem, aproximadamente, sete milhões de chagásicos e seis milhões de portadores de esquistossomose.

Por outro lado, destacam a existência, em 82, de 1,2 milhão de trabalhadores com invalidez permanente por acidente de tra-

balho, enquanto 10% da população brasileira sofre de algum tipo de distúrbio mental, e as doenças do aparelho circulatório, os tumores e os acidentes chegam a atingir 60% do total de óbitos nas regiões Sul e Sudeste.

Unificação

Para a implantação de um sistema unificado de saúde, os secretários sugerem a adoção de dez diretrizes principais, entre elas a transferência, para o Ministério da Saúde, de todas as atividades ligadas à área, inclusive a assistência médica. O secretário de Saúde de Minas, Dario de Faria Tavares, explicou que o sistema proposto é descentralizador, baseado em núcleos regionais e em sistemas municipais de saúde.

Ele condenou a existência de órgãos múltiplos de saúde no País, onde há a dispersão de recursos, enquanto a população continua mal atendida. No documento, os secretários defendem uma atenção especial à saúde da mulher e da criança, o controle das doenças transmissíveis imunizáveis e das endemias rurais, além da vigilância sanitária de alimentos, medicamentos, agrotóxicos e biocidas.

Eles sugerem também que seja garantida a participação dos usuários no planejamento e a avaliação dos resultados em todos os níveis do sistema, e ainda a adoção de um programa de produtos profiláticos e terapêuticos de forma a ofertar-se, gratuitamente, na rede de serviços básicos, uma lista de medicamentos essenciais padronizados.